



PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXORÉU-MT

TERMO DE REFERÊNCIA

1 INFORMAÇÕES PRIMÁRIAS

1.1 Objeto: O presente Termo de Referência tem por objeto o: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL S10 (DBTE), COM FORNECIMENTO PARCELADO, DESTINADO AO ATENDIMENTO DA FROTA MUNICIPAL, INCLUINDO A CESSÃO GRATUITA, EM REGIME DE COMODATO, DE 01 (UM) TANQUE AÉREO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 15.000 (QUINZE MIL) LITROS E 01 (UMA) BOMBA DE ABASTECIMENTO INDUSTRIAL, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA.**

1.2 **Prazo de Entrega:** O fornecimento será realizado de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração, mediante requisição formal do órgão demandante.

O prazo para entrega do combustível será de até 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento da solicitação pela contratada.

1.3 **Forma de Entrega:** A entrega do combustível será realizada mediante requisição formal do órgão requerente, conforme a necessidade da Administração, devendo a contratada assegurar o atendimento integral das solicitações.

O fornecimento deverá ocorrer diretamente no tanque disponibilizado em regime de comodato, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento da requisição.

Todas as despesas relativas à entrega, incluindo frete, transporte, descarga e demais encargos logísticos, serão de inteira responsabilidade da contratada, sem qualquer ônus adicional para o Município.

1.4 Informações do órgão:

Órgão Requerente:	Descrição de categoria	de
Secretaria Municipal de Saúde	investimento:	
Secretaria Municipal de Educação	(x) Aquisição	
Secretaria Municipal de Viação e Obras	() Contratação de Serviços	

1.5 Modalidade e o tipo de licitação:

Modalidade de Licitação:	Critérios de Julgamento
() Concorrência – Art. 28 inciso II e art. 29 a Lei nº 14.133/2021.	Art. 33, incisos I ao VI, da Lei nº 14.133/21:
() Concurso – Art. 28 inciso III e art. 30 da Lei nº 14.133/21.	(X) Menor Preço



PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXORÉU-MT

<p>() Leilão - Art. 28 inciso IV e art. 31 da Lei nº 14.133/21.</p> <p>() Dispensa de Licitação – art. 75 Inciso II da Lei nº 14.133/21.</p> <p>() Dispensa de Licitação - Art. 4º da Lei Federal nº. 13.979/2020</p> <p>() Inexigibilidade de Licitação - Art. 74, IV, da Lei nº 14.133/21.</p> <p>(x) Pregão Eletrônico – Art. 28 inciso I e art. 29 da Lei nº 14.133/21. () Pregão Presencial – Art. 28, inciso I, art. 29, c/c art. 17, §2º, e art. 176, inciso II, da Lei nº 14.133/21.</p>	<p>() Maior desconto</p> <p>() melhor técnica ou conteúdo artístico</p> <p>() Técnica e Preço</p> <p>() Maior Lance ou Oferta</p> <p>() Não se enquadra.</p> <p>() maior retorno econômico</p>
---	--

1.6 Da legislação aplicável:

- (x) Lei nº 14.133/21 (Institui normas para Licitações e Contratos da Administração);
- (x) Lei Complementar nº 123/2006 (Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte) e alterações posteriores;
- (x) E demais disposições a serem estabelecidas no Edital de Licitação e em seus Anexos.

1.7 Do critério de julgamento: Menor Preço Unitário, observada às especificações técnicas constantes no Termo de Referência e demais condições definidas neste Edital.

1.8 Do modo de disputa: “ABERTO”, conforme os critérios definidos no art. 32 do Decreto Federal n.º 10.024/2019, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

2 DA JUSTIFICATIVA

2.1 O presente Termo de Referência tem por objetivo a contratação, por meio de Sistema de Registro de Preços, para futura e eventual aquisição de Óleo Diesel S10 (DBTE), destinado ao abastecimento da frota municipal, incluindo veículos leves, pesados e maquinários utilizados na execução dos serviços públicos essenciais do Município de Torixoréu – MT.

2.2 Necessidade da contratação: A Administração Municipal depende diretamente do abastecimento contínuo de combustível para a manutenção de suas atividades operacionais, especialmente nas áreas de



PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXORÉU-MT

saúde, educação, transporte, obras e serviços públicos. A eventual interrupção no fornecimento compromete significativamente a prestação dos serviços à população, podendo ocasionar prejuízos à coletividade. Além disso, a inexistência de estrutura própria adequada para armazenamento e controle do combustível justifica a necessidade de fornecimento com cessão de tanque e bomba em regime de comodato, garantindo maior autonomia operacional, controle de consumo e redução de custos logísticos.

2.3. A adoção do Sistema de Registro de Preços se justifica pelos seguintes fatores:

2.3.1 Racionalização das aquisições: possibilita a contratação conforme a demanda real, evitando estoques desnecessários e promovendo melhor gestão dos recursos públicos;

2.3.2 Economicidade e vantajosidade: a aquisição em grande escala, com fornecimentos mínimos de 10.000 (dez mil) litros por solicitação, possibilita a obtenção de preços unitários significativamente mais vantajosos quando comparados aos valores praticados em postos de combustíveis convencionais no âmbito do Município, especialmente aqueles destinados ao abastecimento direto em bomba ao consumidor final;

2.3.3 Ganho de escala: o fornecimento em volumes elevados reduz custos operacionais do fornecedor (logística, transporte e distribuição), refletindo diretamente na redução do preço por litro contratado pela Administração;

2.3.4 Flexibilidade: possibilita aquisições gradativas, conforme necessidade da Administração, sem a necessidade de instauração de novos procedimentos licitatórios;

2.3.5 Continuidade do serviço público: assegura o fornecimento contínuo de combustível, evitando paralisações das atividades administrativas e operacionais;

2.3.6 Eficiência logística: com a instalação de tanque em comodato, elimina-se a necessidade de deslocamento constante para abastecimento externo, reduzindo custos indiretos, tempo ocioso e desgaste da frota.

2.4 Impacto esperado: Com a contratação, espera-se:

- garantia de abastecimento contínuo da frota municipal;
- redução de custos operacionais com deslocamento e logística;
- maior controle e fiscalização do consumo de combustível;
- aumento da eficiência na prestação dos serviços públicos;
- melhoria na gestão administrativa e operacional da frota.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXORÉU-MT

2.5 Diante do exposto, a contratação por meio de Registro de Preços para aquisição de combustível, com cessão de estrutura em comodato, mostra-se medida necessária, adequada e vantajosa para a Administração Pública, atendendo aos princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público.

3 OBJETO DA CONTRATAÇÃO, LOCAIS DE ENTREGA E RESPECTIVAS QUANTIDADES

3.1 O presente Termo de Referência tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL S10 (DBTE), com fornecimento parcelado, destinado ao atendimento da frota municipal, incluindo a cessão gratuita, em regime de comodato, de 01 (um) tanque aéreo com capacidade mínima de 15.000 (quinze mil) litros e 01 (uma) bomba de abastecimento industrial, nas condições estabelecidas neste Termo de Referência.

3.2 A quantidade estimada para contratação é de:

Item	Código	Descrição do Produto/Serviço	Unidade	Quantidade
01	010.004.004	Óleo Diesel S10 (DBTE), com cessão em comodato de tanque aéreo (mín. 15.000 litros) e bomba de abastecimento industrial	Litro	200.000

3.3 A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, contados de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.4 O fornecimento do combustível será realizado diretamente no tanque disponibilizado pela contratada em regime de comodato, em local indicado pela Administração Municipal, sendo vedada a entrega em local diverso sem prévia autorização.

3.5 A disponibilização do tanque aéreo e da bomba de abastecimento constitui condição essencial para a execução do objeto, devendo a contratada providenciar sua instalação, manutenção e pleno funcionamento durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, observadas as normas da ANP, do Corpo de



PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXORÉU-MT

Bombeiros e da legislação ambiental aplicável.

3.6 No caso de eventuais divergências entre as especificações constantes nos anexos deste Termo de Referência e aquelas cadastradas no sistema eletrônico (Licitanet), prevalecerão as disposições deste Termo de Referência.

3.7 O prazo de vigência da contratação decorrente da Ata de Registro de Preços observará as disposições legais e contratuais aplicáveis, podendo ser prorrogado nos termos da legislação vigente.

3.8 O método utilizado para definição do valor de referência encontra-se detalhado no Estudo Técnico Preliminar (ETP), parte integrante do processo administrativo.

4 CLASSIFICAÇÃO DOS BENS

4.1. A contratação de empresa está classificada como “AQUISIÇÃO DE BENS COMUNS” nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.2. Nenhum objeto desta contratação se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Federal nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

5. MODALIDADE DE AQUISIÇÃO

5.1 Considerando que o objeto da contratação consiste na aquisição de bem comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, notadamente combustível do tipo Óleo Diesel S10 (DBTE), deverá a contratação ser realizada por meio de Pregão Eletrônico, nos termos do art. 28, inciso I, c/c o art. 29 da Lei nº 14.133/2021.

5.2 A adoção do Sistema de Registro de Preços justifica-se em razão da natureza contínua e variável da demanda, permitindo contratações futuras conforme a necessidade da Administração, observados os princípios da economicidade, eficiência e planejamento.

5.3 A exigência de cessão de tanque e bomba em regime de comodato não descaracteriza a natureza de bem comum do objeto, tratando-se de obrigação acessória vinculada ao fornecimento do combustível, amplamente praticada no mercado e passível de definição objetiva no instrumento convocatório.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXORÉU-MT

6. DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

6.1. O Estudo Técnico Preliminar - ETP é o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação. No caso desta aquisição o Estudo Técnico Preliminar - ETP faz-se necessário pela complexidade do objeto.

7. DA HABILITAÇÃO

7.1 A habilitação se dará em conformidade com os Art. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021 e poderá ser exigido no todo, ou em partes, conforme, objeto e a modalidade da contratação.

7.2 Pessoa Jurídica – Documentos relativos à habilitação jurídica– art. 66, da Lei 14.133/2021:

- a) Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral CNPJ/MF;
- b) Registro comercial para empresa individual, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
- c) Cédula de Identidade ou Carteira de Habilitação dos sócios/representante legal da Empresa;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- e) Certidão simplificada ou de inteiro teor expedida pela Junta Comercial, emitida até 180 (cento e oitenta) dias da data de abertura do certame.

7.3 Documentos Relativos à Regularidade fiscal, social e trabalhista:

- a) Inscrição/Certidão no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- b) Certidão de regularidade perante a Fazenda federal, unificada com a CND-INSS, fornecida pela Fazenda Federal, e a Dívida Ativa da União, fornecida pela Procuradoria da Fazenda Nacional;
- c) Prova de regularidade com a Fazenda estadual;
- d) Prova de regularidade com a Fazenda e municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- e) Certidão de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- f) Certidão de regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- g) Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Declaração – Anexo V);
- h) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação



PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXORÉU-MT

regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

7.3.1 As certidões devem estar dentro do prazo de validade. Nos casos omissos, a Comissão de Contratação considerará como prazo de validade aceitável o de 90 (noventa) dias contados da data de sua emissão.

7.3.2 A comprovação de regularidade fiscal daqueles que atuam como microempresas e empresas de pequeno porte será exigida mesmo que apresente alguma restrição (certidões positivas e vencidas), em que, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado à micro ou pequena empresa, que assim solicitar, o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis prorrogável por igual período, para a regularização da documentação fiscal.

7.3.3 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior implicará na inabilitação, SEM PREJUÍZO DAS SANÇÕES previstas na Lei.

7.4. Qualificação Técnica (Art. 67 da Lei nº 14.133/2021):

7.4.1. Os critérios de habilitação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

- a) 01 (um) atestado, no mínimo, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome do fornecedor, que comprove ter a licitante fornecido produtos/equipamentos compatível em características e quantidades com o objeto deste Termo de Referência;
- b) A fim de comprovar os requisitos acima, a Licitante, caso julgue necessário, poderá encaminhar, juntamente com o atestado, cópias de contratos, Ordens de Serviços (devidamente assinadas), Notas de Empenho, Notas Fiscais/Faturas ou outros documentos equivalentes.
- c) Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- d) Ficha técnica, Catálogo ou outro documento contendo fotos e especificações técnicas do veículo.

7.5 Relativo à qualificação econômico-financeira da pessoa jurídica, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- a) Certidão Negativa de Falência e Concordata, expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica e que esteja dentro do seu prazo de validade;
 - a.1) Caso não conste expressamente o prazo de validade, será considerada válida a Certidão de que trata o item anterior que tenha sido emitida no máximo até 90 (noventa) dias da data de abertura do certame.
 - a.2) No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, a licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos últimos dois exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa Proponente, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação das propostas.

b.1) O **Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício**, no caso de pessoas jurídicas enquadradas ou que utilizam o SPED CONTÁBIL (Sistema Público de Escrituração Digital Contábil), deverão ser apresentados através das demonstrações impressas a partir do SPED, acompanhadas da



PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXORÉU-MT

comprovação da entrega dos arquivos magnéticos perante a Receita Federal, cabendo ainda a comprovação do patrimônio líquido mínimo.

b.2) As **demonstrações contábeis deverão estar assinadas por profissional competente** registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, apresentado na forma contábil assim entendido, a cópia autenticada dos livros contábeis que contenham o balanço patrimonial, juntamente com os termos de abertura e encerramento, necessariamente assinada pelo contador e pelo representante legal da empresa, vedada a apresentação somente de extrato.

b.3) **Os Microempreendedores Individuais – MEIs NÃO estão dispensados da apresentação do balanço patrimonial** e demonstrações contábeis do último exercício social, conforme previsto no **Acórdão nº 133/2022 – Plenário do TCU**.

b.4) As pessoas jurídicas **constituídas no mesmo ano fiscal em que ocorrer a licitação**, e que ainda não possuam demonstrações contábeis apresentadas na forma da lei, poderão apresentar cópia do balanço de abertura, extraída do Livro Diário, devidamente chancelada pelo correspondente órgão de registro, cabendo ainda a comprovação do patrimônio líquido mínimo.

b.5) Comprovação da boa situação financeira por uma das seguintes formas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

b.6) O licitante que apresentar índices econômicos iguais ou inferiores a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente deverá comprovar que possui (capital mínimo ou patrimônio líquido) equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

b.7) Para o consórcio não compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas será considerado o acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificção.

8. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

8.1 Não será aceito o fornecimento de combustível em desacordo com as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência, no edital e nas normas aplicáveis, especialmente aquelas estabelecidas pela Agência Nacional do Petróleo – ANP.

8.2 O recebimento do combustível será realizado pelo servidor designado como fiscal do contrato, mediante conferência da quantidade entregue (em litros) e verificação das condições do produto, podendo, a qualquer tempo, ser solicitada análise de qualidade, caso haja suspeita de desconformidade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXORÉU-MT

8.3 O combustível entregue em desacordo com as especificações deverá ser substituído no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem qualquer ônus para a Administração, incluindo custos de retirada, transporte e nova entrega, podendo o prazo ser prorrogado mediante justificativa aceita pela Administração.

8.4 A entrega deverá ser realizada diretamente no tanque disponibilizado em regime de comodato, devendo a contratada garantir que o produto seja descarregado de forma segura, sem contaminação e sem prejuízo à qualidade do combustível armazenado.

8.5 A contratada será responsável por quaisquer danos decorrentes do fornecimento de combustível fora das especificações, inclusive danos a veículos, máquinas e equipamentos da Administração.

8.6 Caso a contratada deixe de realizar a entrega no prazo estabelecido, sem justificativa formal aceita pela Administração, ficará sujeita às sanções previstas nos arts. 155 a 162 da Lei nº 14.133/2021.

9. GARANTIA DO FORNECIMENTO E DO EQUIPAMENTO EM COMODATO

9.1 O combustível fornecido deverá atender integralmente às especificações técnicas estabelecidas pela Agência Nacional do Petróleo – ANP, sendo de responsabilidade da contratada garantir a qualidade, pureza e conformidade do produto entregue.

9.2 A contratada responderá pela qualidade do combustível fornecido, obrigando-se a substituir, às suas expensas, qualquer volume que se apresente em desconformidade com as normas técnicas ou que venha a causar prejuízos à Administração, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contados da notificação.

9.3 A contratada será integralmente responsável por eventuais danos causados aos veículos, máquinas e equipamentos da Administração em decorrência do fornecimento de combustível fora das especificações, devendo arcar com todos os custos de reparação, sem prejuízo das demais sanções legais.

9.4 Quanto aos equipamentos fornecidos em regime de comodato (tanque e bomba de abastecimento), a contratada deverá garantir seu pleno funcionamento durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, responsabilizando-se por:



PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXORÉU-MT

- I – instalação adequada;
- II – manutenção preventiva e corretiva;
- III – substituição imediata em caso de defeito;
- IV – atendimento às normas da ANP, Corpo de Bombeiros e legislação ambiental.

9.5 Eventuais falhas nos equipamentos deverão ser sanadas no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem qualquer ônus para a Administração.

9.6 Todas as despesas decorrentes da manutenção dos equipamentos, incluindo deslocamento, peças, mão de obra, transporte e demais encargos, serão de inteira responsabilidade da contratada.

9.7 Aplicam-se, no que couber, as disposições da Lei nº 14.133/2021 e do Código de Defesa do Consumidor, especialmente quanto à responsabilidade pela qualidade do produto fornecido.

10. SUBCONTRATAÇÃO

10.1. Não será admitida a subcontratação do objeto previsto neste termo de referência.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência, Edital e seus anexos;

11.2 Verificar, no prazo fixado, a conformidade do combustível fornecido com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação;

11.3 Comunicar formalmente à contratada sobre quaisquer irregularidades, falhas ou desconformidades verificadas no fornecimento, para que sejam sanadas;

11.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, por meio de servidor(es) especialmente designado(s);

11.5 Efetuar o pagamento à contratada no valor correspondente ao fornecimento efetivamente realizado, no prazo e forma estabelecidos no Edital;

11.6 Indicar o local para instalação do tanque e garantir condições adequadas para sua utilização;

11.7 Não responder por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto, nem por danos causados a terceiros decorrentes de ato da contratada.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXORÉU-MT

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1 Cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência, Edital, seus anexos e proposta, assumindo integral responsabilidade pela execução do objeto;

12.2 Fornecer o combustível em conformidade com as especificações técnicas da Agência Nacional do Petróleo – ANP;

12.3 Realizar o fornecimento no prazo máximo estabelecido, diretamente no tanque disponibilizado em comodato;

12.4 Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes do fornecimento, incluindo frete, transporte, descarga e encargos logísticos;

12.5 Substituir, às suas expensas, no prazo fixado, o combustível fornecido em desconformidade com as especificações;

12.6 Comunicar à Administração, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, eventual impossibilidade de cumprimento do prazo, devidamente justificada;

12.7 Manter, durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

12.8 Indicar preposto para representá-la durante a execução da contratação;

12.9 Disponibilizar, instalar e manter em perfeito funcionamento o tanque e a bomba de abastecimento em regime de comodato, responsabilizando-se por manutenção preventiva e corretiva;

12.10 Atender às normas da ANP, do Corpo de Bombeiros e à legislação ambiental vigente;

12.11 Responsabilizar-se integralmente por danos causados à Administração em decorrência de fornecimento de combustível fora das especificações;

12.12 Garantir a segurança no transporte, armazenamento e abastecimento do combustível;



PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXORÉU-MT

12.13 Arcar com todos os custos relativos à manutenção dos equipamentos fornecidos em comodato, sem qualquer ônus para o Município.

13. FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

13.1 A fiscalização da execução da Ata de Registro de Preços e do contrato decorrente ficará a cargo de representante da Administração, devidamente designado, competindo-lhe acompanhar o fornecimento do combustível, verificar a conformidade com as especificações técnicas exigidas, especialmente quanto à qualidade, quantidade e condições de entrega, bem como proceder ao recebimento definitivo, nos termos do art. 140, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

13.2 O fiscal do contrato poderá rejeitar, no todo ou em parte, o combustível fornecido que esteja em desacordo com as especificações deste Termo de Referência, bem como determinar sua substituição, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

13.3 Caberá à fiscalização acompanhar, também, a correta instalação, funcionamento e manutenção do tanque e da bomba de abastecimento disponibilizados em regime de comodato, podendo exigir a regularização imediata de eventuais falhas ou irregularidades.

13.4 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua execução, nos termos do art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

13.5 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

13.6 A execução contratual será acompanhada pelo fiscal técnico, que verificará o cumprimento integral das obrigações contratuais, inclusive quanto à qualidade do combustível, prazos de entrega e funcionamento dos equipamentos em comodato.

13.7 O fiscal administrativo acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, bem



PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXORÉU-MT

como os aspectos relacionados à execução financeira, como empenho, pagamento, eventuais glosas e formalização de termos aditivos.

13.8 O gestor do contrato será responsável pela coordenação das atividades de acompanhamento e fiscalização, mantendo atualizado o histórico da execução contratual, com registro de ocorrências, fornecimentos realizados, substituições, manutenções e demais atos relevantes, elaborando relatórios periódicos.

13.9 O gestor do contrato deverá adotar as providências necessárias para a abertura de processo administrativo de responsabilização, quando verificada irregularidade na execução contratual, visando à aplicação das sanções cabíveis, nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

13.10 O fiscal administrativo comunicará ao gestor do contrato, com antecedência, o término da vigência contratual, visando à adoção das providências necessárias para eventual prorrogação ou nova contratação.

14. PAGAMENTO

14.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (TRINTA) dias, contados a partir do recebimento da Nota de Liquidação acompanhada da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco (transferência eletrônica ou PIX), agência e conta corrente indicados pelo fornecedor.

14.2. Considera-se ocorrido o recebimento da Nota de Liquidação, Nota Fiscal ou Fatura quando o fiscal do contrato ou ato equivalente atestar a entrega definitiva do objeto da ordem de compra emitida pela área de compras. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista, constatada por meio de consulta on-line, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

14.3. A cada pagamento ao fornecedor a Administração realizará consulta on-line para verificar a manutenção das condições de habilitação, observadas as seguintes condições:

- a) Constatando-se a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deve-se providenciar a sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, o fornecedor regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa;
- b) O prazo anterior poderá ser prorrogado uma vez por igual período, a critério da Administração;
- c) Não



PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXORÉU-MT

havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Administração deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do fornecedor, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado pela Administração, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

d) Persistindo a irregularidade, a Administração deverá adotar as medidas necessárias à rescisão dos contratos em execução, cancelamento de ata de registro de preços, fazer juntada nos autos dos processos administrativos correspondentes, assegurada ao fornecedor a ampla defesa;

e) Havendo a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão contratual, caso o fornecedor não regularize sua situação;

f) Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade do órgão, não será rescindido o contrato em execução com empresa ou profissional que estiver irregular; g) Verificada a regularidade fiscal, social e trabalhista no dia da liquidação da despesa, o pagamento poderá ocorrer sem nenhuma restrição ao fornecedor.

14.4. Havendo erro na apresentação da Nota de Liquidação ou Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que o fornecedor providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a administração.

14.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento ou PIX enviado.

14.6. O fornecedor regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

15. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

15.1. A fusão, cisão ou incorporação do fornecedor com/em outra pessoa jurídica será admissível, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica os requisitos de habilitação exigidos na licitação original, qual seja: Manutenção das demais cláusulas e condições do contrato; Inexistência de prejuízo à execução do objeto pactuado; e Anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXORÉU-MT

16. VIGÊNCIA CONTRATUAL

16.1. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, podendo haver prorrogação.

17. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. A aplicação de sanções observará o procedimento previsto nos caputs e dispositivos dos artigos 156, ao 163 da Lei nº 14.133/2021. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor.

18. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1. As despesas decorrentes desta contratação serão empenhadas nas dotações orçamentárias previstas e indicadas no exercício orçamentário de 2026 e posteriores.

19. FORO

19.1. O foro de Barra do Garças - MT, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, será o designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes da presente licitação.

20. DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. O fornecedor deverá comprovar por ocasião da cobrança as notas fiscais devidamente atestadas;

20.2. A aceitação será realizada com base nas especificações contidas neste Termo de Referência;

20.3. Em caso de manifestação de desistência do fornecedor fica caracterizado descumprimento total da(s) obrigação(ões) assumida(s), sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão licitante, conforme estabelecido no art. 90 § 5º da Lei 14.133/2021.

20.4. Salientamos que se porventura alguma situação não prevista neste Termo ocorrer, todas as



PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXORÉU-MT

consequências de sua existência serão regidas pela Lei Federal nº Lei 14.133/2021.

Realizado o competente Termo de Referência, aprovo e autorizo seu encaminhamento, assim como de seus anexos, ao Agente/Comissão de Contratação para abertura do procedimento de Pregão Eletrônico.

Torixoréu/MT, 23 de abril de 2026.

Pedro Hugo Brito Silva
Secretário Municipal de Educação

Vanessa Figueiredo Mendes
Secretária Municipal de Adm. e Finanças

Magno Sousa Martins Vieira
Secretário Municipal de Saúde

Aldo Sousa Silva
Secretária Municipal de Gabinete

Gilvan de Oliveira Alves
Secretário Municipal de Viação e Obras

Samuel da Silva Ribeiro
Secretário Municipal de Serviços Públicos